



Assembleia Municipal de Azambuja

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 19 DE ABRIL DE 2011

----Aos Dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, pelas 20h25m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Espaço Multiusos do Centro Cultural "Páteo do Valverde", em Azambuja, com seguinte Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

1. Projecto de Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública relativos à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infraestruturas no Município de Azambuja
(P 25/P/2011)
2. EMIA - 4ª Adenda ao Contrato-Programa (P 43/P/2011)
3. Plano de Pormenor da Quinta de Vale de Lobos (P 44/P/2011)
4. Autorização para Repartição de Encargos (P 36/37/38/P/11)
5. Suspensão por 30 dias da Aplicação das Novas Taxas do Mercado Mensal
(P 39/P/2011)
6. Regulamento do Banco Local de Voluntariado (P 10/VP/2011)
7. Pagamento da Taxa cobrada pelos Lugares de Terrado do Mercado Mensal de forma Trimestral e Isenta de Juros (P 02/V-SL/2011)
8. Alteração ao Regulamento de Mercado e Feiras do Município de Azambuja
(P 07/V-SL/2011)

----- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso, e secretariaram a reunião o primeiro e segundo Secretários, Srs. Rui Augusto Nabais e Francisco Alberto dos Santos Jerónimo. -----

---- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais Senhores, Ana Sofia Dias Ajuda, António Batista Marques, António Francisco Nunes Godinho, António José Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, António Manuel Montez Amaral, Daniel Albino Lopes Claro, David José Pinto Mendes, Fernando Emídio Costa, Francisco António Galvão Morgado, Herculano Valada Martins, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, Isabel Maria Franco Corrêa, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Luís Marques dos Santos, José Manuel Isidoro Pratas, António Rodrigues Torrão, Lúcio Manuel Cardador Costa, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria de Lourdes Firmino Piriquito, Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves, Pedro Manuel Raimundo Duarte Coelho, Rita Adriana Gonçalves Domingos, Sérgio Paulo Rodrigues Ramos Jorge e Vera Lúcia Raimundo Brás dos Santos. -----

----Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-Presidente, Ana Maria Correia Ferreira, Marco António Martins Leal Pereira, Silvino José da Silva Lúcio e António Jorge Lopes, Vereadores. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para saudar todos os presentes e para informar da ausência justificada do Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira que foi substituído pelo Senhor António Rodrigues Torrão. -----

Posto isto, e estando constituída a Mesa e havendo "quórum", o Sr. Presidente da Assembleia informou que estavam reunidas as condições para dar início aos trabalhos. -----

Mais informou que, sendo esta uma sessão extraordinária, apenas havia o período antes da ordem do dia destinado ao público. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Sr. Presidente da Assembleia perguntou se havia no público quem quisesse intervir. - -----

---- Interveio o Sr. Luís Adrião, munícipe, querendo manifestar a sua indignação para a forma como as pessoas de Aveiras de Cima foram tratadas no decurso da Ávinho deste ano, já que foram obrigadas pela GNR a irem para dentro de casa e advertidas a não fazerem barulho. Os estabelecimentos foram igualmente mandados encerrar. Segundo este munícipe e os que o acompanhavam nesta sessão, tal atitude não faz sentido por se tratar de uma festa e, principalmente, uma festa ligada ao vinho. O investimento e empenho da população neste evento não mereciam este tipo de tratamento, que foi o de, literalmente, terem sido "mandados para a barraca". -----

---- O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para responder ao munícipe. ----- Começou por dizer que esta 7ª edição da Ávinho foi um sucesso. Relativamente ao que sucedeu, disse ter tido conhecimento da situação e lamenta que tenham existido alguns factores que contribuíram para que esta feira tenha tido alguns aspectos negativos e que as pessoas, que nela participaram activamente, tenham ficado com esse sentimento. Informou que nas reuniões preparatórias ao evento o aspecto da segurança é sempre tratado, todavia não se estipula uma hora para o encerramento da festa. O que se pede às forças de segurança na Ávinho, e dada a sua particularidade, é que tentem controlar ao máximo situações como a que existiu na noite de sexta-feira, de um munícipe montado num cavalo a galope nas Ruas da Vila às tantas da manhã. -----

---- Não havendo mais intervenções do público, o Sr. Presidente da Assembleia informou que o correio estava à disposição, para consulta, dos Senhores Deputados Municipais. -----

Mais informou que, apesar de os Senhores Deputados não terem intervenção neste período, por esta ser uma reunião extraordinária, iria conceder a palavra aos Srs. António Godinho e Daniel apenas para fazerem um agradecimento. -----

---- O Sr. Deputado Municipal António Godinho, em nome da Coligação pelo Futuro da Nossa Terra, saudou o facto de, finalmente, estarem todos reunidos neste espaço, Espaço Multiusos, que reúne as condições para todos poderem trabalhar e para o público poder assistir. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro agradeceu o esforço do Sr. Presidente da Câmara, extensivo à Mesa e ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal na disponibilização deste espaço. Aproveitou também esta intervenção para pedir que numa próxima reunião o Sr. Presidente da Câmara apresente o relatório sobre o cumprimento do estatuto da oposição. -----



Assembleia Municipal de Azambuja

---- O Sr. Presidente da Assembleia voltou a intervir para informar que no passado dia 7 do corrente participou em mais uma reunião da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM. Finalmente, e antes de entrar na discussão dos pontos constantes da ordem do dia, mostrou a sua satisfação com o facto de as reuniões passarem a ser feitas neste novo espaço. -----

---- O Sr. Deputado Municipal José Manuel Pratas também quis intervir para agradecer a decisão tomada sobre a disponibilização desta sala para a realização da presente sessão e das sessões futuras da Assembleia Municipal. -----

ORDEM DO DIA

1. Projecto de Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública relativos à Construção, Instalação, Uso e Conservação de Infraestruturas no Município de Azambuja - P 25/P/2011

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação da matéria constante desta proposta. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal António Lavado dos Reis dizendo que, quando são necessárias intervenções no solo por parte de algumas operadoras de telecomunicações, a calçada é levantada e quando volta a ser colocada é mal feita, sendo necessário, em sua opinião, uma fiscalização mais atenta por parte da Câmara nestas obras. -----

---- O Sr. Deputado António José Rodrigues pediu a palavra para dizer que ao longo dos tempos tem insistido em quase todos os regulamentos, que vêm à Assembleia, que a entidade que pode beneficiar das cauções e garantias é o Município de Azambuja e não a Câmara Municipal. Nesse sentido, disse ser com algum regozijo que constata que no caso presente essa situação já venha corrigida. -----

---- Não havendo mais intervenções neste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 25/P/2011 à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

2. EMIA - 4ª Adenda ao Contrato-Programa (P 43/P/2011)

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação desta proposta. -

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes pediu a palavra dizendo que o que se vai votar é uma quarta adenda ao contrato-programa da EMIA e não as obras, ao contrário do que o Sr. Presidente da Câmara pareceu demonstrar na exposição que fez deste assunto. Todavia, disse, que a serem necessárias as obras terão de se realizar. Contudo, referiu haver aqui uma questão que faz toda a diferença, que é o facto de não se saber quanto é que mesmas obras vão custar. Na sua opinião, é uma péssima gestão passar estas obras para a responsabilidade da EMIA sem saber o seu custo. Paralelamente a isto, sobrepõe-se o facto de a CDU achar que esta empresa deveria ser extinta, o que certamente se irá verificar nos tempos mais próximos. Neste pressuposto, disse não existir nenhuma necessidade de se atribuírem estas obras à EMIA devendo ser a Câmara a tomar a iniciativa de as realizar. Neste contexto, o Sr. Deputado informou de que a CDU irá votar contra esta proposta. -----

---- Interveio de seguida o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro querendo saber se a despesa total destas obras é de 300.000 euros, uma vez que na sessão de Câmara entendeu ser este o montante atribuído às mesmas. Quis ainda saber quais as obras que foram entretanto feitas e o seu custo e a proveniência do dinheiro para a EMIA as poder realizar. Referiu ter sido nomeado, acerca de um ano, para o cargo de consultor da EMIA, no entanto nunca foi convocado para qualquer reunião daquele órgão, sendo que, por isso, não sabe nada da actividade da empresa. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro também pediu a palavra. Começou por dizer que os deputados municipais são chamados a fazerem parte de algumas actividades, como a caça, pesca, EMIA, freguesias, etc., não sabendo nunca o que se passa. Acerca do estatuto da oposição, também não é fornecido à Assembleia Municipal um relatório sobre o trabalho desenvolvido nos órgãos onde esses eleitos estão inseridos, quanto mais não seja para informar que não houve qualquer reunião. Disse ser uma preocupação sua o facto de os Deputados Municipais não serem informados sobre o que se passa na EMIA. Preocupa-o também o facto de vir a esta Assembleia mais uma adenda ao contrato-programa da EMIA, quando esta já ocupa uma parte substancial da actividade da Câmara sem controlo por parte desta Assembleia Municipal, que também tem culpa por se demitir da sua responsabilidade. A realidade é que vem mais uma adenda que nem diz quanto se vai gastar. Muito provavelmente, acrescentou, um destes dias, a Assembleia Municipal terá que se debruçar sobre a gestão de alguns departamentos da Câmara Municipal, já que a DIOM não é capaz de quantificar correctamente as obras que são da responsabilidade do Município. -----

Perante isto, o BE irá apresentar um pedido, para inclusão numa futura ordem de trabalhos, sobre a análise da situação concreta da EMIA, até porque todos os anos deveria haver um ponto específico em relação a esta matéria. Enquanto a situação não se verifica e para justificar o voto contra do BE, que não é contra as obras referidas porque são extraordinariamente necessárias, mas contra o modo como este assunto é apresentado aos Deputados Municipais e contra mais uma adenda a um contrato de uma empresa, que não se sabe se tem capacidade e se é útil que seja ela a realizá-la ou não. Por todas estas razões, o Sr. Deputado Municipal fez chegar à mesa um pedido de documentação sobre a EMIA. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal Herculano Martins querendo saber se o estudo sobre as pontes, referido pelo Sr. Presidente da Câmara, inclui as pontes da Freguesia de Manique do Intendente. -----

---- O Sr. Deputado António José Rodrigues também pediu a palavra para dizer que em relação à EMIA tem intervindo sempre que é necessário e sempre manifestou a sua discordância com a existência desta empresa. Ela foi criada para obter financiamentos, para ficar com quase todas as competências da Câmara, uma vez que pode trabalhar em todas as áreas, o que, em sua opinião, não se justifica. Disse ter esperança que nas medidas a aplicar pelo FMI esteja contemplada a redução/extinção destas empresas. -----

---- Para prestar os esclarecimentos às questões colocadas, interveio o Sr. Presidente da Câmara. Começou por dizer que os estatutos da EMIA prevêm um vastíssimo leque de intervenções mas não se pode inferir que esta empresa se pode substituir à Câmara, porque não é verdade. Independentemente de os estatutos estarem preparados para lhe ser atribuído qualquer tipo de trabalho/diligência, isto é, para a EMIA o poder executar, tem de lhe ser individual e especificamente atribuído por deliberação da Câmara e da Assembleia Municipal. -----

O Sr. Presidente informou que semestralmente a Câmara aprecia as contas da EMIA, e a sua gestão é completamente aberta e transparente. -----

Esclareceu ainda o Sr. Presidente que a principal razão para a proliferação das empresas municipais foi a de que os Presidentes de Câmara e Vereadores poderiam ter um segundo vencimento, sem qualquer espécie de limitação. No caso da EMIA, os seus Administradores têm, desde a sua criação, zero de vencimento. Sobre o valor das obras, informou que a estimativa anda na ordem dos 250 a 300 mil euros. Em



Assembleia Municipal de Azambuja

termos de concurso o valor até poderá descer. As obras já realizadas foram a construção do muro de gaviões em Alcoentre, lançada este mês, a reparação da passagem hidráulica em Casais de Baixo, já adjudicada pela Câmara e a construção do pontão da Arrifana, que foi concursada e construída. Referiu ainda o Sr. Presidente que algumas obras puderam ser cabimentadas através do orçamento da Câmara, porém, existem outras que não podem porque a Câmara não tem orçamento para elas. A EMIA tem um financiamento contratado desde o início, que tem utilizado nas diversas obras que tem vindo a fazer. Ela foi criada exactamente para fazer obras no Concelho de Azambuja. O Sr. Presidente disse que terá todo o gosto em fazer a elencagem de todas as obras que foram tornadas possíveis pela EMIA, quando for agendada uma sessão da Assembleia Municipal para discussão desta matéria. ----- Quanto à eventualidade de a EMIA vir a ser extinta, disse apenas registar essa informação. -----

---- Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal Pedro Coelho querendo saber como é que, havendo falta de dinheiro, o Sr. Presidente da Câmara consegue fundamentar esta proposta, não sabendo quanto custa cada uma destas obras. -----

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes voltou a pedir a palavra para dizer que compreende que o Sr. Presidente não consiga saber o valor exacto das obras, mas poderia ter feito uma estimativa real, que raramente foge ao custo real. Disse haver obras que podem ser muito caras mas também muito baratas. A título de exemplo, referiu que a reabilitação da estrada da zona industrial, que tem uma enormidade de metros, poderá custar muito cara e, por isso, disse acreditar que o valor de 300 mil euros indicado pelo Sr. Presidente não seja suficiente. -----

---- Não havendo mais intervenções na discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 43/P/2011 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 19 votos a favor do PS, 7 votos contra (6 da CDU e 1 do BE) e 4 abstenções da Coligação PFNT. -----

3. Plano de Pormenor da Quinta de Vale de Lobos (P 44/P/2011)

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação da matéria constante desta proposta. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro tomou a palavra dizendo que a Coligação PFNT crê que este processo foi devidamente legalizado pelos serviços da Câmara, tem o parecer positivo de uma série de entidades e por isso irá votar favoravelmente a presente proposta. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal David Mendes. Disse que este processo teve início em 2002/2003, na altura, enquanto vereador, lembra-se de ter levantado algumas questões, nomeadamente, as que se prendiam com as parcerias publico-privadas. Na reunião de conferência de serviços, a CCDR, o Turismo de Portugal e as Águas de Azambuja levantaram algumas dúvidas determinantes. Dúvidas essas que mereceram o parecer desfavorável daquelas duas entidades, com excepção das Águas de Azambuja. Esta reunião teve lugar em 28 de Abril de 2010. Entretanto algumas coisas foram corrigidas e em Março deste ano alguns problemas subsistiam, especialmente os levantados pelo turismo de Portugal e pela CCDR, tendo o processo merecido uma aprovação condicionada à correcção desses erros. Disse ter estranhado também que num plano de pormenor com estas características, sobre um terreno de um único proprietário, com apenas 1 lote e uma rua, não haja uma planta de síntese e não perceber a razão de os serviços municipais não terem levantado este problema. Perante esta situação o Sr. Deputado Municipal pretendeu saber se os erros vão ser todos corrigidos até ao dia 30 de Abril. Apesar de se estar a viver uma

fase em que todos os recursos financeiros são escassos, seria importante que, neste momento, todos esses recursos fossem canalizados para a recuperação de quintas antigas e aí sim é que se deveria fazer uma aposta séria no turismo de qualidade. Recuperar o que é antigo e deve ser preservado e dar uma possibilidade a quem as detém, de vender ou mantendo-as, salvando o turismo, através do PROT, conduzido para esta zona. Perante estas condições, disse não poder votar a favor desta proposta, pelo que irá abster-se. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro também quis intervir para dizer que este processo lhe fez alguma comichão, porque se enquadra, de certa forma, no que preconiza para aquela zona, enquanto captação de investimento equilibrado. Reforçando a componente financeira invocada pela intervenção anterior, disse ter tido alguma inquietação quando viu a dimensão do projecto. Neste momento, dada a sua dimensão, o local e a filosofia que lhe está subjacente será muito difícil a sua consolidação. É evidente que quem investe acha que sim. Um outro aspecto que o Sr. Deputado acha relevante é saber se os pareceres do CCDR e do Turismo são vinculativos ou não. Também quis saber se há ou não parecer definitivo dessas duas entidades. -----

---- Para responder as estas questões interveio o Sr. Presidente da Câmara. ----- Informou que a legislação sobre os planos de pormenor, que é o caso deste, foi muito alterada de há uns dois a três anos para cá, precisamente porque o Estado percebeu, finalmente, que se fosse obrigatório o parecer positivo de todas as entidades que têm de interferir nesta situação, nunca mais se teria um plano de pormenor aprovado. -----

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado David Mendes disse que também acha que se deveria valorizar as quintas históricas, só que para isso ou se nacionalizam as quintas, sendo necessária a criação de umas quantas EMIAS, ou se entregavam à iniciativa privada. -----

---- Para outros esclarecimentos de carácter mais técnico o Sr. Presidente da Câmara indicou o Sr. Director do Urbanismo, Arq. Marques dos Santos, que tomou de imediato a palavra. -----

Relativamente às dúvidas do Sr. Deputado Daniel Claro, o Sr. Arquitecto disse que, com a alteração legislativa, os planos de pormenor passaram a ser da inteira responsabilidade das Câmaras. As entidades emitem pareceres com as observações que consideram pertinentes do ponto de vista legal e técnico das suas áreas específicas. A Câmara Municipal pode e deve atender às questões legais e às questões técnicas se as achar pertinentes. Como tal, quando os planos são levados à conferência de serviços, eles emitem os seus pareceres orais na própria conferência, que no caso presente, foram também emitidos por escrito, mas com um atraso de dois meses. Desses pareceres resultaram uma alteração do plano, que foi levada não a uma conferência de serviços mas uma reunião de concertação de questões legais promovida pela Câmara. Desta reunião, resultaram ainda algumas aprovações condicionadas, tendo o plano ido para discussão pública. Desta discussão podem resultar sugestões que ainda podem alterar o plano. A Câmara procedeu também, no decurso da discussão pública, a alterações recomendadas pelo Turismo. Já a CCDR não se manifestou após a reunião de concertação. A versão apresentada à Câmara tem os pareceres de todas as entidades. -----

Em relação à arquitectura, o Sr. Arqt.º Marques dos Santos informou ter sido o próprio Turismo de Portugal que propôs que um plano de pormenor estabelece zonamentos, com índices de construção e de implantação, alturas máximas mas não



Assembleia Municipal de Azambuja

estabelece um projecto porque o promotor turístico pode introduzir alterações ainda na fase do projecto de arquitectura. Esse projecto terá que ter a aprovação do Turismo, e o próprio Turismo acha que se está a limitar aquilo que depois pode ser a evolução de um projecto turístico e só estabelece algumas balizas. Nesse sentido, para além dos zonamentos, quanto menos se versar no plano melhor será. -----

---- O Sr. Deputado Daniel Claro pediu a palavra para agradecer os esclarecimentos prestados pelo Sr. Arquitecto muito embora mantivesse algumas reservas já indicadas. Reconhecendo, no entanto, o impacto positivo que poderá ter numa freguesia do alto Concelho, que tão necessitada está, não só do investimento mas também da promoção, o Bloco de Esquerda irá votar favoravelmente a presente proposta. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado David Mendes para perguntar ao Sr. Arqt.º Marques dos Santos se os promotores do projecto do plano de pormenor irão corrigir os pontos que ficaram soltos na aprovação condicionada de três entidades, incluindo as Águas de Azambuja, que na última reunião de concertação levantou um problema relativamente à construção sobre quem ia construir o condutor de efluentes, já que numa primeira apreciação estava valorizada em 100 metros e esta empresa chegou à conclusão de que seriam 900 metros, até ao condutor existente na Maçussa. -----

---- O Sr. Arqt.º interveio de imediato dizendo que a interpretação do Sr. Deputado Municipal não está certa, na medida em que a condicionante de Azambuja diz que pode haver um empreendimento turístico, desde que esse empreendimento construa os efluentes até à rua principal da Maçussa e vá buscar a água à rua 25 de Abril, também na Maçussa. -----

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes disse, a seguir, que não viu neste projecto a declaração do promotor declarando serem dele a responsabilidade de realização dessas obras. -----

Por outro lado, referiu, os cinco pontos focados em reunião de concertação pelo Turismo de Portugal precisam de ser corrigidos, especialmente o que se prende com a colocação do edifício no terreno, com o afastamento das cavalariças aos edifícios hoteleiros. Em casos destes, por vezes, a planta de implantação da solução arquitectónica é o plano de pormenor. Na parte de baixo existe uma REN que não deixa o polígono de implantação crescer, não sabendo o Sr. Deputado Municipal, se o existente é suficiente para garantir esse afastamento entre a parte hoteleira e as cavalariças. Por todas estas razões, o Sr. Deputado quis saber a razão de o plano vir à aprovação nesta altura e não depois de corrigido. -----

---- O Sr. Arqt.º Marques dos Santos retorquiu, salientando que a questão dos afastamentos e dos polígonos está versada na última concertação. Como a legislação foi alterada, só agora é que estão a chegar ao fim os planos de pormenor sob a nova legislação e, por isso, talvez ainda haja algum desconhecimento. De qualquer forma, o Sr. Arquitecto adiantou que este plano de pormenor vai dar origem a um alvará. A Câmara tem que fazer um documento que titula o plano, que poderá não se chamar alvará mas é igual a um alvará, onde constam todas as condicionantes do plano para ser presente ao Registo Predial. -----

---- O Sr. Deputado Municipal António Batista pediu para intervir neste ponto querendo saber se o valor do IML destes terrenos, até agora agrícolas, será automaticamente actualizado após a concretização do plano de pormenor, ou após a construção das infraestruturas. -----

---- O Sr. Arquitecto Marques dos Santos a esta questão respondeu que após a emissão do Alvará/Título, é apresentado às Finanças e ao Registo Predial, é inscrito

passando automaticamente a urbano, pelo que sofrerá automaticamente a actualização de IMI. -----

O Sr. Arquitecto acrescentou ainda que este Plano de Pormenor tem um prazo de vigência de 10 anos. -----

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes quis ainda pedir um esclarecimento sobre um parecer, de Março deste ano, referido no ponto cinco do documento em apreciação. -----

---- O Sr. Arquitecto disse que o plano que está presente para aprovação já contém correcções sobre esse parecer. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro voltou a intervir dizendo que se este assunto tivesse sido esclarecido com precisão e clareza não havia necessidade de voltarem a pedir novos esclarecimentos sobre esta matéria. Foi dito que havia hipótese legal de converter todas as reservas, pelo que ficou com a convicção de que o assunto estava resolvido ou em vias de resolução. Após os esclarecimentos prestados às dúvidas levantadas pelo Sr. Deputado David Mendes, quis saber, realmente se há ou não essa hipótese. -----

---- O Sr. Arquitecto Marques dos Santos interveio dizendo que todas as alterações que a Câmara entendeu pertinentes estavam versadas na versão final do plano. Acrescentou ainda que a versão que for aprovada nesta Assembleia é a que tem que seguir para a DGOT. -----

---- Não havendo mais intervenções na discussão deste ponto, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 44/P/2011 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 24 votos a favor (19 do PS, 4 da Coligação PFNT e 1 do BE) e 6 abstenções da CDU. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro pediu a palavra para fazer, oralmente, a seguinte declaração de voto: -----

"DECLARAÇÃO DE VOTO -----

O BE votou favoravelmente este plano, partindo do princípio, claramente especificado pelo Sr. Presidente da Câmara e pelo Sr. Director do Departamento de Urbanismo, que as reservas apresentadas pelo Turismo de Portugal e pela Comissão Coordenadora Regional estavam devidamente acauteladas em sede do futuro empreendimento. Levámos especialmente em conta, neste processo, tendo sido a linha condutora de abstenção para voto favorável, o facto de ser um empreendimento numa freguesia do nosso concelho que sofre, neste momento, de um grau de desertificação e que necessita de alguns investimentos que revitalizem a zona." -----

4. Autorização para Repartição de Encargos (P 36/P/2011); (P 37/P/2011) e (P 38/P/2011)

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para fazer uma breve apresentação da matéria constante das três propostas. -----

---- Não havendo intervenções neste ponto o Sr. Presidente da Assembleia deu início à votação das propostas. -----

P 36/P/2011 - colocada à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com 19 votos (17 do PS, e 2 da Coligação PFNT) e 7 abstenções (6 da CDU e 1 do BE). -----

P 37/P/2011 - colocada à votação, foi a mesma aprovada por maioria com 25 votos a favor (17 votos do PS, 2 da Coligação PFNT e 6 da CDU) e 1 abstenção do BE. -----

P 38/P/2011 - colocada à votação, foi a mesma aprovada por maioria com 25 votos a favor (17 votos do PS, 2 da Coligação PFNT e 6 da CDU) e 1 abstenção do BE. -----



Assembleia Municipal de Azambuja

5. Suspensão por 30 dias da Aplicação das Novas Taxas do Mercado Mensal (P 39/P/2011)

---- Interveio o Sr. Vereador Silvino Lúcio para fazer a apresentação desta proposta. -
---- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou esta proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

6. Regulamento do Banco Local de Voluntariado (P 10/VP/2011)

---- Interveio o Sr. Vice-Presidente para apresentar a matéria constante deste ponto.
---- O Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues pediu para intervir dizendo que este regulamento enferma, em termos de redacção, das questões habituais que tem vindo a levantar. A entidade enquadradora não pode ser a Câmara Municipal tem de ser o Município de Azambuja, conforme vem mencionado no preâmbulo do art.º 1º e no art.º 5º, nº 2. -----

Relativamente ao conteúdo do regulamento, o Sr. Deputado disse ser uma medida boa a ser implementada a curto prazo. -----

---- O Sr. Deputado Daniel Claro pediu para intervir para perguntar ao Sr. Vice-Presidente qual o "feedback" desta experiência, uma vez este regulamento esteve implementado durante cerca de um ano. -----

---- Em resposta, interveio o Sr. Vice-Presidente dizendo que o regulamento esteve e ainda está implementado. Houve adesão de algumas entidades, embora não muitas por enquanto. Actualmente já há pessoas em regime de voluntariado nalgumas instituições do concelho. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro voltou a intervir dizendo temer que uma excessiva "autarquização" deste tipo de organizações. Disse que por experiência própria em instituições semelhantes, como a Rede Social e o CLAS, todas estas organizações dependentes da Câmara Municipal, mais tarde ou mais cedo, caem nessa excessiva "autarquização" e é transversal a todas as forças políticas. Acrescentou que gostaria que tivesse sido outra entidade que não a Câmara a avançar com esta acção. -----

Apesar destas reservas, o Sr. Deputado informou de que o BE irá votar favoravelmente esta proposta. -----

---- Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 10/VP/2011 à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

7. Pagamento da Taxa cobrada pelos Lugares de Terrado do Mercado Mensal de forma Trimestral e Isenta de Juros (P 02/V-SL/2011)

---- Interveio novamente o Sr. Vereador Silvino Lúcio para apresentar esta proposta.

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro querendo saber se, depois da reunião de Câmara, em que compareceram os feirantes, e se deliberou o adiamento por um mês do pagamento das taxas, houve alguma mexida nos preços. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro manifestou também interesse em intervir nesta matéria. Referiu que esta é uma questão que já aqui levantou anteriormente por diversas vezes e começa desde logo com uma célebre Assembleia, que de uma baforada, foram aprovados 16 regulamentos em meia hora. Constata-se hoje, não só a este nível como a outros, que algumas coisas que, em devido tempo, deveriam ter sido levadas em linha de conta e não foram. O Sr. Deputado Acrescentou que sempre que lê o estudo, que lhes foi apresentado nessa altura, e já o terá lido mais de 10 vezes, encontra sempre algo de novo. Disse que aquele é um estudo altamente impenetrável e, sobretudo, incompreensível ao nível das conclusões a que chega em

termos de preços. Hoje é com este regulamento, amanhã será o da Ocupação do Espaço Público e por aí adiante. -----

Disse ainda que o mercado dá um elevadíssimo prejuízo à Câmara e ao Município, com a noção de que 98% dos feirantes que vêm fazer negócio em Azambuja são de fora do concelho, pagam os seus impostos fora do concelho e contribuem para a actividade comercial e social também fora do concelho, vindo aqui buscar mensalmente vários milhares de euros. Referiu não ser contra a realização do mercado mensal, o que defende é que a Câmara e a Assembleia deveriam fazer uma discussão sobre a natureza do que são hoje e deveriam ser os mercados mensais. -----

---- Não havendo mais intervenções, Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 02/V-SL/2011 à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

8. Alteração ao Regulamento do Mercado e Feiras do Município de Azambuja (P 07/V-SL/2011)

---- O Sr. Vereador Silvino interveio para fazer também a apresentação desta proposta. -----

---- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº P 07/V-SL/2011 à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA

---- O 2º Secretário da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da acta da presente reunião, findo o que foi a mesma colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----Esta acta foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

ENCERRAMENTO

----Eram vinte e duas horas e cinquenta minutos, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião. -----

---- Para constar se lavrou a presente acta em minuta, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----